

Férias parlamentares ameaçadas

por Marta Salomon
de Brasília

27 JUN 1991

Um equívoco dos líderes de oposição ameaça o início das férias dos deputados e senadores no próximo sábado. O recesso depende da presença maciça dos parlamentares em Brasília a partir de terça-feira e de muitas horas de votação. "As lideranças estão convocando os parlamentares sem data para a volta aos estados", disse o líder Ibsen Pinheiro (PMDB-RS).

Para impedir o esvaziamento do plenário e garantir a chance de votar uma nova política salarial na semana que vem, o líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), pediu a retirada da pauta do Congresso da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Sem votá-la, os parlamentares não podem entrar em recesso. É uma exigência da Constituição.

Ontem, porém, os deputados e senadores perderam a última chance de votar a LDO sem terem de apreciar antes quase setenta vetos do presidente Fernando Collor de Mello a nove projetos de lei aprovados pelo Congresso. "Nós nos equivocamos", lamentou o líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco (PR). Ao completa-

rem trinta dias na pauta do Congresso amanhã, os vetos passam na frente da LDO, com prioridade para a votação.

Depois de uma reunião no gabinete do presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), os líderes decidiram apelar para uma mudança nas regras de votação. Depende do resultado de uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara

a possibilidade de votar os vetos em bloco. Os líderes apostam na chance de poderem reduzir para nove votações nominais — com a presença da maioria absoluta de deputados e senadores em plenário — a apreciação dos vetos.

O relator da Comissão Mista de Orçamento, senador José Richa (PSDB-PR), acredita num acordo para a votação da LDO. O senador concorda em redu-

zir os recursos da seguridade social que uma emenda do PT deslocou para o sistema de saúde e deixar de garantir no projeto um percentual de rolagem da dívida externa dos estados e municípios, como deseja o governo. O PT, porém, ainda ameaça obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e impedir o início do recesso até que o Congresso defina uma nova lei salarial.